

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no

10073.000213/93-41

Recurso nº

13.249

Matéria

PIS/REPIQUE - EX: 1988

Recorrente

SMIL - SERVIÇOS MÉDICOS INDUSTRIAIS LTDA.

Recorrida

DRJ NO RIO DE JANEIRO - RJ

Sessão de

20 de fevereiro de 1998

Acórdão nº

103-19.248

LANÇAMENTO DECORRENTE - PIS/REPIQUE - EXERCÍCIOS 1988 -"Na rejeição do lançamento matriz rejeita-se o pertinente decorrente dentro do princípio da causa e efeito"

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SMIL - SERVIÇOS MÉDICOS INDUSTRIAIS LTDA.,

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para acolher a preliminar de decadência do direito de constituir o crédito tributário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

NDIDO RODRIGUES NEUBER

RESIDENTE

VICTOR LUÍS DE SALLES FREIRE

RELATOR

FORMALIZADO EM: 20 MAR 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: RUBENS MACHADO DA SILVA (SUPLENTE CONVOCADO), MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, EDSON VIANNA DE BRITO, SANDRA MARIA DIAS NUNES, SÍLVIO GOMES CARDOZO E NEICYR DE ALMEIDA.



MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº

10073.000213/93-41

Acórdão nº

103-19.248

Recurso nº

13.249

Recorrente

SMIL - SERVIÇOS MÉDICOS INDUSTRIAIS LTDA.

RELATÓRIO

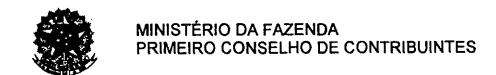
O vertente procedimento é corolário de outro, maior, onde se exigiram diferenças de imposto de renda da pessoa jurídica. Na espécie o decorrente se reporta ao PIS/Repique do exercício de 1988.

A decisão monocrática, escudada no improvimento da impugnação apresentada contra o lançamento matriz, por igual desconsiderou a impugnação aqui versada.

No seu apelo se reporta a parte recursante ao âmbito das razões lançadas contra a procedência do lançamento maior.

É o breve relato.





Processo nº

10073.000213/93-41

Acórdão nº

103-19.248

V O TO

Conselheiro VICTOR LUÍS DE SALLES FREIRE, Relator;

O apelo é tempestivo.

Na esteira do V. Acórdão nº 103-19.216, que no âmbito do lançamento maior acolheu integralmente o apelo do contribuinte para o efeito de desonerá-lo do lançamento matriz na repercussão aqui constante e dentro do princípio da decorrência é de se desconsiderar o vertente lançamento com o que se provê integralmente o apelo aqui vazado.

\$ala das/\$essões DF, em 20 de fevereiro de 1998

VICTOR LUIS DE BALLES FREIRE